

Olá, pessoal! Tudo bem? Apresentamos a seguir a correção da prova de Contabilidade para Especialista em Regulação da ANAC/Área 3.

**As possibilidades de recurso estão destacadas em vermelho.**

Esperamos que gostem!

Um abraço.

**Gabriel Rabelo/Luciano Rosa/Julio Cardozo.**  
**Periscope: @gabrielrabelo87 e @proflucianorosa**

**Participem do nosso grupo de Contabilidade no Facebook:**

1. **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, criado por meio da Resolução CFC n. 1.055, de 7 de outubro de 2005, possui como atribuições, entre outras, a de estudar, pesquisar, discutir, elaborar e deliberar sobre o conteúdo e a redação de Pronunciamentos Técnicos, podendo ainda emitir Interpretações, Orientações, Comunicados e Boletins.

São entidades-membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, exceto:

- a) Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).
- b) Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- c) Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI).
- d) Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA).
- e) Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A).

### **Comentários:**

Pessoal, a única entidade relacionada que não é entidade-membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis é Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis tem como objetivo "o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais".

É atribuição do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) estudar, pesquisar, discutir, elaborar e deliberar sobre o conteúdo e a redação de Pronunciamentos Técnicos.

O CPC é composto pelas seguintes entidades:

- a - ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas;
- b - APIMEC NACIONAL - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais;
- c - BM&FBOVESPA S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros; (2)
- d - CFC - Conselho Federal de Contabilidade;
- e - IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil;
- f - FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras.

Foi criado em função das necessidades de:

- convergência internacional das normas contábeis (redução de custo de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos e custo nas análises e decisões, redução de custo de capital);
- centralização na emissão de normas dessa natureza (no Brasil, diversas entidades o fazem);
- representação e processo democráticos na produção dessas informações (produtores da informação contábil, auditor, usuário, intermediário, academia, governo).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) poderá emitir Orientações e Interpretações, além dos Pronunciamentos Técnicos, sendo que todos poderão ser consubstanciados em Norma Brasileira de Contabilidade pelo CFC e em atos normativos pelos órgãos reguladores brasileiros, visando dirimir dúvidas quanto à implementação desses Pronunciamentos Técnicos.

**Gabarito → B.**

2- **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Analise a seguinte situação: "o proprietário de um pequeno negócio, ao verificar que uma conta de energia elétrica referente à sua residência iria vencer naquele dia, retirou da caixa da empresa uma determinada quantia para poder quitar sua despesa de caráter pessoal." Considerando o texto acima e o definido na Resolução CFC n. 750/1993 e alterações posteriores, indique, entre as opções abaixo, o Princípio Contábil ofendido pela ação do empresário.

- a) Conservadorismo.
- b) Competência.
- c) Prudência.
- d) Entidade.

e) Oportunidade

**Comentário:**

Conforme o Princípio da Entidade:

Art. 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

O cerne deste princípio está em separar o patrimônio dos sócios do patrimônio da pessoa jurídica.

**Gabarito → D**

3- **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Segundo o modelo CAPM (Capital Asset Pricing Method), temos as seguintes definições:

Ke - Taxa de Retorno requerida

Rm - Risco de Mercado Rf - Investimento livre de risco

B - "beta" ou "risco sistemático"

A equação que define taxa de retorno requerida é:

$$Ke = Rf + B. (Rm - Rf)$$

Analise as seguintes opções à luz do definido no Modelo CAPM e assinale a correta.

a) Quanto maior for a taxa livre de risco (Rf), menor será a taxa de retorno requerida (Ke), para valores de "B" (beta) positivos.

b) Quanto maior o módulo do valor de "B" (beta), menos volátil é o ativo.

c) Não podem existir ativos com valores de "B" (beta) negativos.

d) O valor da taxa SELIC, que remunera títulos públicos, descontada do percentual aplicável a título de Imposto de Renda, mostra-se como uma boa referência de Investimento livre de risco (Rf).

e) O Modelo de CAPM somente se aplica a ativos mobiliários.

**Comentário:**

Vamos comentar as assertivas:

a) Quanto maior for a taxa livre de risco ( $R_f$ ), menor será a taxa de retorno requerida ( $K_e$ ), para valores de "B" (beta) positivos.

**Errado.** Quanto maior for a taxa livre de risco ( $R_f$ ), **MAIOR** será a taxa de retorno requerida ( $K_e$ ), para valores de "B" (beta) positivos.

b) Quanto maior o módulo do valor de "B" (beta), menos volátil é o ativo.

**Errado.** O "Beta" mede o risco de uma empresa em relação ao risco sistemático (não diversificável) de mercado. Quanto maior o Beta, mais volátil é o ativo.

c) Não podem existir ativos com valores de "B" (beta) negativos.

**Errado.** Beta positivo indica ativos com variação na mesma direção que o mercado. Beta negativo indica ativos com variação oposta ao mercado.

d) O valor da taxa SELIC, que remunera títulos públicos, descontada do percentual aplicável a título de Imposto de Renda, mostra-se como uma boa referência de Investimento livre de risco ( $R_f$ ).

**Correto. Ativo livre de risco (Taxa Risk Free -  $R_f$ ):** A taxa Risk Free é a taxa referente ao investimento que propicia a maior segurança de que o investidor receberá o principal mais os juros prometidos. **Normalmente, é o retorno dos títulos públicos emitidos pelo governo federal.** Os títulos públicos são remunerados pela Taxa SELIC.

e) O Modelo de CAPM somente se aplica a ativos mobiliários.

Errado.

### **Gabarito → D**

4- **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Leia o seguinte texto: "... operações comerciais ou financeiras realizadas entre partes relacionadas, sediadas em diferentes jurisdições tributárias, ou quando uma destas se encontra sediada em denominados paraísos fiscais, ... Devem ser evitadas perdas de receitas fiscais, resultantes de alocação artificial de receitas e despesas nas operações com venda de bens, direitos ou serviços..." Indique, entre as opções abaixo, aquela em que o conceito se enquadra no texto acima.

- a) "dumping tributário"
- b) "preço de transferência"
- c) "arbitragem de preços"
- d) "custo-base"
- e) "draw-back"

### **Comentário:**

Essa foi copiada do site da Receita Federal:

<b>Preço de Transferência</b>
-------------------------------

**672 Qual o significado do termo "preço de transferência"?**

O termo "preço de transferência" tem sido utilizado para identificar os controles a que estão sujeitas as **operações comerciais ou financeiras realizadas entre partes relacionadas, sediadas em diferentes jurisdições tributárias, ou quando uma das partes está sediada em paraíso fiscal.** Em razão das circunstâncias peculiares existentes nas operações realizadas entre essas pessoas, o preço praticado nessas operações pode ser artificialmente estipulado e, conseqüentemente, divergir do preço de mercado negociado por empresas independentes, em condições análogas - preço com base no princípio *arm's length* .

**673 Por que o preço de transferência deve ser controlado pelas administrações tributárias?**

O controle fiscal dos preços de transferência se impõe em função da **necessidade de se evitar a perda de receitas fiscais. Essa redução se verifica em face da alocação artificial de receitas e despesas nas operações com venda de bens, direitos ou serviços,** entre pessoas situadas em diferentes jurisdições tributárias, quando existe vinculação entre elas, ou ainda que não sejam vinculadas, mas desde que uma delas esteja situada em paraíso fiscal – país ou dependência com tributação favorecida ou cuja legislação interna oponha sigilo à divulgação de informações referentes à constituição societária das pessoas jurídicas ou a sua titularidade.

**Gabarito → B**

5- **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Ao se proceder à análise das demonstrações contábeis de uma determinada empresa, verificou-se que:

I. a participação de recursos de terceiros correspondia a 25% do Patrimônio Líquido.

II. o Ativo Circulante correspondia a 20% do Ativo Total.

III. o Passivo Circulante correspondia a 50% do Passivo Total da empresa.

Considerando-se as informações acima, podemos afirmar que o índice de Liquidez Corrente da empresa era de:

a) 1,0.

b) 1,5.

c) 2,0.

d) 2,5.

e) 1,8.

**Comentário:**

Os recursos de terceiros correspondem ao Passivo Exigível. Assim, temos:

Passivo = 25% PL

A forma mais rápida e fácil para resolver esse tipo de questão é atribuir valores. Assim, vamos supor que o PL seja de \$100. Nesse caso, o Passivo será de \$ 25.

Passivo	25
PL	100
Total	125

A Ativo Circulante corresponde a 20% do Ativo Total. Segundo a equação fundamental da contabilidade:

Ativo = Passivo + PL

Ativo = 125

Ativo Circulante = 20% x 125 = 25.

O Passivo Circulante corresponde a 50% do Passivo Total da empresa.

A banca considerou que "Passivo Total" é o Passivo Exigível, ou seja, o Passivo Circulante mais o Passivo não Circulante.

Passivo total = 25

Passivo Circulante = 25 / 2 = 12,5

Índice de Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante

ILC = 25 / 12,5 = 2,0

**Gabarito → C.**

**6. (ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Sobre o Custeio Baseado em Atividades (*Activity Based Costing*), podemos afirmar que:

- a) é aceito pelo Fisco para apuração do lucro real.
- b) sua aplicação é economicamente viável para qualquer tipo de organização.
- c) considera que os produtos e serviços é que consomem os recursos.
- d) não utiliza direcionadores de custos.
- e) gera informações para a tomada de decisões gerenciais.

**Comentários:**

a) alternativa incorreta, pois sabemos que o Custeio Baseado em Atividades não é aceito pela legislação fiscal e contábil, visto que contraria os Princípios Contábeis;

b) a alternativa está incorreta pela generalização. O Custeio ABC não é de aplicação simples, pois exige um mapeamento analítico de departamentos e,

principalmente, de atividades da empresa. Em certos casos, pode não ser economicamente viável a sua aplicação;

c) alternativa incorreta, pois no ABC, considera-se que as ATIVIDADES consomem os recursos e não produtos e serviços.

d) uma das grandes inovações do ABC é justamente o uso de direcionadores de custos. Alguns exemplos desses direcionadores são:

- nº de empregados;
- área ocupada;
- tempo de mão-de-obra (hora-homem);

e) item correto, e é o nosso gabarito. Segundo Eliseu Martins, ABC é, na realidade, uma ferramenta de gestão de custos, muito mais do que de custeio de produtos.

**Gabarito → Letra E.**

### **Questão 7: Cabe recurso!**

7- **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Analise a seguinte situação hipotética. "Uma empresa aérea adquiriu uma concorrente que se encontrava em frágil situação econômico-financeira. Foi pago pela transação um valor superior ao valor contábil da empresa adquirida. A adquirente informou nas Notas Explicativas que os softwares adquiridos foram registrados por seu custo, menos a amortização acumulada e análise de realização (impairment)."

Em relação à situação informada, analise as opções abaixo à luz da Lei n. 6.404/1976 e modificações posteriores, indicando a correta.

- Apesar de sua natureza incorpórea, os direitos de uso de softwares da natureza informada devem ser contabilizados como ativo imobilizado.
- A diferença entre o valor contábil e o valor pago não deveria ser reconhecida.
- Não é possível realizar testes de impairment em bens imateriais.
- No Balanço Patrimonial da adquirente, o goodwill (ágio por expectativa de rentabilidade futura) é classificado como Ativo Circulante – Investimentos.
- A empresa adquirente não deveria ter evidenciado a operação em suas Notas Explicativas.

### **Comentário:**

Vamos analisar as alternativas:



a) Apesar de sua natureza incorpórea, os direitos de uso de softwares da natureza informada devem ser contabilizados como ativo imobilizado. Esta foi a alternativa apontada como correta pela banca.

Ocorre que os softwares podem ser classificados no Imobilizado ou no Intangível, conforme o CPC 04 – Ativo Intangível:

4. Alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como um disco (como no caso de software), documentação jurídica (no caso de licença ou patente) ou em um filme. Para saber se um ativo que contém elementos intangíveis e tangíveis deve ser tratado como ativo imobilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado ou como ativo intangível, nos termos do presente Pronunciamento, **a entidade avalia qual elemento é mais significativo**. Por exemplo, um software de uma máquina-ferramenta controlada por computador que não funciona sem esse software específico é parte integrante do referido equipamento, devendo ser tratado como ativo imobilizado. O mesmo se aplica ao sistema operacional de um computador. Quando o software não é parte integrante do respectivo hardware, ele deve ser tratado como ativo intangível.

Como a questão não esclarece a natureza dos softwares, a resposta passa a medir a sorte do candidato em escolher a opção correta, e não o conhecimento. Assim, solicitamos a ANULAÇÃO da questão por não ter resposta correta.

b) A diferença entre o valor contábil e o valor pago não deveria ser reconhecida.

c) Não é possível realizar testes de impairment em bens imateriais.

**Errado.** Conforme a Lei 6404/76 art. 183: § 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível (...).

d) No Balanço Patrimonial da adquirente, o goodwill (ágio por expectativa de rentabilidade futura) é classificado como Ativo Circulante – Investimentos.

**Errado.** O goodwill é classificado como **Ativo Não Circulante** – Investimentos.

e) A empresa adquirente não deveria ter evidenciado a operação em suas Notas Explicativas.

**Errado.** Conforme a Lei 6404/76 § 5º:

As notas explicativas devem: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)  
IV – indicar: (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único); (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

**Gabarito da Banca: A**



**Solicitamos ANULAÇÃO.**

**Questão 8: Cabe recurso!**

8- **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Por Economic Value Added (EVA), ou lucro econômico, entende-se a diferença entre o lucro operacional após o Imposto de Renda e o custo total do capital de uma empresa. Se positivo, o EVA informa que essa empresa agregou valor econômico a seus sócios. Considere o texto abaixo:

"Um grupo de investidores identificou uma empresa do ramo de alimentação (catering) que possuía a seguinte estrutura de capital:

- Capital total: \$ 1.000.000,00
- Capital de terceiros: \$ 250.000,00

O custo médio de captação de recursos de terceiros era de 20% ao ano. A taxa de retorno sobre o capital próprio desejada para empresas deste ramo de negócios é de 25% ao ano."

Sabendo-se que, ao final do exercício, o lucro operacional após o Imposto de Renda foi de \$ 337.500,00, o valor calculado para o EVA é de:

- a) \$ 100.000,00.
- b) \$ 150.000,00.
- c) \$ 137.500,00.
- d) \$ 112.500,00.
- e) \$ 87.500,00.

**Comentários:**

O conceito do Economic Value Added – EVA ( Valor Econômico Agregado) refere-se ao reconhecimento do custo de oportunidade do Capital Próprio para a apuração do resultado da empresa.

Quando apuramos contabilmente o lucro, o Capital de Terceiros (empréstimos, financiamentos) é remunerado, através dos juros e encargos financeiros.

Mas o Capital dos Acionistas, não. Portanto, o "lucro contábil" apurado pode não estar cobrindo a remuneração que os acionistas poderiam obter em outra aplicação.

A Banca usou a seguinte fórmula:

$$\text{EVA} = \text{NOPAT} - (\text{C}\% \times \text{CT})$$

Onde:

NOPAT = Resultado Operacional Líquido Depois dos Impostos (Net Operating Profit After Taxes – Retorno Operacional Sobre os Ativos);  
C% = Custo Percentual do Capital Total (Próprio e de Terceiros); e  
CT = Capital Total Investido.

Vamos calcular o Custo Percentual do Capital Total:

	Valor	Taxa	Remuneração
Capital Total	1.000.000	23,75%	237.500
Capital de Terceiros	250.000	20%	50.000
Capital Próprio	750.000	25%	187.500

$$\text{EVA} = \$337.500 - (23,75\% \times \$1.000.000)$$

$$\text{EVA} = \$337.500 - \$237.500$$

$$\text{EVA} = \$100.000$$

Gabarito da banca: letra A.

Ocorre que, no Brasil, o lucro operacional após o Imposto de Renda já inclui as despesas financeiras (remuneração do capital de terceiros).

Conforme a Lei 6404/76:

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III - as despesas com as vendas, **as despesas financeiras, deduzidas das receitas**, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;

V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;

Vale citar, agora, a lição dos Mestres Eliseu Martins, Josedilton Alves Diniz e Gilberto José Miranda, sobre o EVA® – Economic Value Added:

“O EVA é um dos indicadores correlacionados ao Resultado Econômico Residual, nada mais do que o lucro operacional obtido após pagamento de impostos menos o encargo sobre o capital, apropriado tanto para endividamento quanto para o capital acionário. Em palavras mais simples, o EVA parte do Lucro Líquido, deduzindo dele o custo do capital próprio (retorno mínimo exigido pelos sócios, considerando o nível de risco do negócio) para apuração do resultado econômico, o qual será ganho ou perda do empreendimento após remuneração de todo o capital aplicado (o lucro contábil só considera o custo do capital de terceiros.) (g.n)

Esse resultado é um indicador da performance econômica da empresa e sinaliza se a empresa é capaz de arcar com todas as suas despesas, remunerar o capital próprio e gerar ou não resultados positivos. Pode ser apurado mediante a seguinte equação :

$$\text{EVA} = \text{NOPAT} - (\text{C}\% \times \text{CT})$$

Equação 8 – Economic Value Added (EUA)

Onde:

NOPAT = Resultado Operacional Líquido Depois dos Impostos (Net Operating Profit After Taxes – Retorno Operacional Sobre os Ativos);  
C% = Custo Percentual do Capital Total (Próprio e de Terceiros); e  
CT = Capital Total Investido.

Tendo em vista que a legislação societária brasileira já inclui o custo do capital de terceiros (despesas financeiras), Lopo et Al.(2001, p. 246) propõem uma alteração na equação anterior para a seguinte forma:

$$\text{EVA} = \text{LOLAI} - (\text{CPP}\% \times \text{PL})$$

Equação 9 – Economic Value Added – adaptado ao Brasil

Onde:

LOLAI = Lucro Operacional Líquido após os Impostos  
CPP% = Custo do Capital Próprio (em Percentagem); e  
PL = Patrimônio Líquido.”

(Martins, Eliseu e outros, “Análise Avançada das Demonstrações Contábeis – uma abordagem crítica”, Editora Atlas, 2012, pg. 239).

O que se percebe, Ilustre Examinador, é que o cálculo efetuado corresponde à equação 8 (equação referente aos EUA), que é a mais comum e a mais citada, vez que tal técnica se desenvolveu naquele mercado.

Adaptando para o Brasil, usando a equação 9, teríamos:

$$\text{EVA} = \text{LOLAI} - (\text{CPP}\% \times \text{PL})$$

Equação 9 – Economic Value Added – adaptado ao Brasil

Onde:

LOLAI = Lucro Operacional Líquido após os Impostos  
CPP% = Custo do Capital Próprio (em Percentagem); e  
PL = Patrimônio Líquido.”

$$\text{EVA} = \text{EVA} = \$337.500 - (25\% \times \$ 750.000)$$

$$\text{EVA} = \$337.500 - \$187.500$$

$$\text{EVA} = \$150.000$$

Letra B.

Assim, solicitamos a **ALTERAÇÃO** do gabarito para a letra B.

**Gabarito da banca: A**

**Gabarito correto: B**

9. **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Sobre o método de "Custeio por Absorção", avalie as proposições abaixo.

- I. Não diferencia "custos" de "despesas".
- II. Classifica os custos como "fixos" e "variáveis".
- III. Adota critérios de rateio para a alocação de custos fixos.
- IV. O volume de produção não afeta o custo unitário.

Estão corretas as proposições:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I e IV, apenas.
- e) Todas as proposições estão corretas

### **Comentários:**

Vamos analisar cada assertiva.

I. Não diferencia "custos" de "despesas". A alternativa está errada, pois o Custeio por Absorção faz uma distinção clara entre custos e despesas, alocando somente aqueles aos produtos. Por esse método todos os custos de produção serão apropriados aos bens elaborados.

II. Classifica os custos como "fixos" e "variáveis". Todas as empresas, usando qualquer método de custeio, classificam os custos como "Fixos" e "Variáveis". Mas, para o custeio por absorção, tal classificação não tem nenhuma importância, já que todos os custos são apropriados aos produtos. Enfim... colocação esquisita da banca.

III. Adota critérios de rateio para a alocação de custos fixos. A assertiva está correta, e uso indiscriminado de critérios de rateio é uma das grandes problemas desse método.

IV. O volume de produção não afeta o custo unitário. Alternativa incorreta, visto que o custo unitário (total) possui um componente fixo e outra variável. Assim temos:

$$Cu(\text{Total}) = CFu + CVu$$

O Custo variável unitário não se altera com o volume de produção, mas o Custo Fixo unitário é inversamente proporcional ao volume de produção.

### Gabarito → Letra B.

10- **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Considerando um investimento de \$36.000,00, uma empresa prospectou cinco oportunidades de negócios que oferecem possibilidades de retorno diferenciadas, ao longo de seis períodos iguais e sucessivos. A taxa mínima de atratividade definida pela empresa para cada período era de 1% (um por cento). Indique, entre as opções a seguir, aquela em que o fluxo de caixa oferece a maior Taxa Interna de Retorno (TIR).

- a) \$10.000,00 - zero - zero - zero - \$10.000,00 - \$40.000,00.
- b) \$10.000,00 - \$10.000,00 - \$10.000,00 - \$10.000,00 - \$10.000,00 - \$10.000,00.
- c) \$30.000,00 - \$20.000,00 - zero - zero - zero - \$10.000,00.
- d) zero - zero - \$30.000,00 - \$10.000,00 - \$10.000,00 - \$10.000,00.
- e) \$10.000,00 - zero - \$30.000,00 - \$10.000,00 - zero - \$10.000,00.

### Comentário:

A Taxa Interna de Retorno (TIR) – é a taxa que iguala as saídas e as entradas de caixa do investimento. Ou seja, é a taxa que o investimento rende para a empresa.

Prezados, é impossível calcular a TIR na mão, sem calculadora financeira ou Excel. Mas, nessa questão, não precisamos fazer contas. Basta olhar as alternativas:

	PERÍODOS						Total
	1	2	3	4	5	6	
A	10000	0	0	0	10000	40000	60000
B	10000	10000	10000	10000	10000	10000	60000
C	30000	20000	0	0	0	10000	60000
D	0	0	30000	10000	10000	10000	60000
E	10000	0	30000	10000	0	10000	60000

O valor total de todos é \$60.000. Assim, a oportunidade de negócios que possibilitar entradas mais rápidas irá ter a melhor TIR. Não precisamos analisar o período 6, pois como todos os projetos indicam 10.000 no sexto período, não irá mudar a análise (terá o mesmo valor presente para todos, exceto para a

letra A, que já podemos descartar, pois tem recebimento de 40.000 só no último período).

Sem o último período para analisar, fica claro que a melhor é a oportunidade C, pois já recebe 50.000 nos dois primeiros períodos.

E qual é o valor da TRI? Não sei. Mas sei que a letra C é a que vai dar a maior TRI. Não precisamos calcular mais nada, nessa questão.

**Gabarito → C**

**11. (ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Classifique as contas abaixo como bens, direitos ou obrigações, de acordo com o definido na Lei n. 6.404/1976 e alterações posteriores.

- I. Adiantamento a Fornecedores.
- II. Adiantamento de Clientes.
- III. Adiantamento de Salários.

Após procedida a classificação, é correto afirmar que:

- a) todas as contas se referem a bens.
- b) todas as contas se referem a direitos.
- c) todas as contas se referem a obrigações.
- d) a conta referente ao item II trata de uma obrigação.
- e) as contas referentes aos itens I e III se referem a bens.

**Comentários:**

Adiantamento a fornecedores: direito. Pagamos um valor ao fornecedor antecipadamente, para receber determinada mercadoria futuramente.

Adiantamento de clientes: obrigação. O cliente pagou o valor antecipadamente e temos a obrigação de entregar a mercadorias.

Adiantamento de salários: direito. Antecipamos o salários aos funcionários, mas ainda não foi o período de competência.

**Gabarito → D.**

**12. (ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** De acordo com o definido na Resolução CFC n. 750/1993, é correto afirmar que:

- a) o Princípio da Oportunidade exige tempestividade e integralidade nos lançamentos das variações ocorridas no patrimônio de uma entidade, ainda que parem dúvidas acerca do valor correto envolvido.
- b) o Princípio da Continuidade pressupõe que a entidade continuará operando indefinidamente, ainda que a previsão de encerramento de suas atividades esteja definida em seu estatuto ou contrato social.
- c) o Princípio do Registro pelo Valor Original impõe que os componentes do patrimônio sejam inicialmente registrados nos valores originais, respeitando-se a manutenção das moedas adotadas.
- d) a criação de contas retificadoras do ativo deve respeitar o Princípio do Conservadorismo.
- e) o Princípio da Competência vincula-se somente a contas do ativo.

### **Comentários:**

- a) Pessoal, alternativa correta e é o nosso gabarito; conforme a resolução CFC 750/93, o Princípio da OPORTUNIDADE refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram. Quanto à segunda parte, pode causar estranheza, mas está correta; quanto mais tempestiva, ou seja, mais rápida uma informação, ela tende a ser menos confiável e vice-versa.
- b) Item incorreto, visto que se a empresa já prevê o encerramento de suas atividades em determinado período, o Princípio da Continuidade não está sendo atendido.
- c) A segunda parte da assertiva está incorreta, visto que, conforme art. 7º da resolução 750/93, os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente NA MOEDA DO PAÍS, QUE SERÃO MANTIDOS NA AVALIAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POSTERIORES (grifo nosso), inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE.
- d) Item sem fundamento, visto que, o uso de contas retificadoras atende, às variações do custo histórico e não, necessariamente, à ideia de conservadorismo.
- e) Item incorreto, pois o reconhecimento de receitas, despesas, ativos e passivos serão vinculados ao Princípio da Competência; não se aplica somente ao passivo.

**Gabarito → A.**



**Questão 13: Cabe recurso!**

13. **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Analise as proposições abaixo no que se refere ao cálculo do grau de imobilização do Patrimônio Líquido.

- I. Quanto maior o índice, maior é o Capital de Giro da empresa.
- II. É calculado multiplicando-se a razão entre o Ativo Circulante, como numerador, e o Capital de Terceiros (como denominador), multiplicando-se o resultado por 100 (cem).
- III. Indica quanto em recursos a empresa destinou ao Ativo não Circulante, em comparação com o Patrimônio Líquido.

Assinale a opção correta.

- a) I e II estão corretas.
- b) Apenas a III está correta.
- c) I e III estão corretas.
- d) Apenas a II está correta.
- e) Todas as proposições estão erradas

**Comentários:**

Pelas normas atuais de Contabilidade, grau de imobilização do Patrimônio Líquido pode ser obtido da seguinte maneira:

$(ANC-RLP)/PL$ , ou seja, Ativo Não Circulante – Realizável a Longo prazo dividido pelo Patrimônio Líquido. Vamos às assertivas:

I- Errado, pois é exatamente o oposto. Quanto maior for o grau de imobilização do PL, menor tende a ser o Capital de Giro da empresa.

II - Errado, visto que, conforme explicação sabemos que esse índice é calculado pela expressão:  $(ANC-RLP)/PL$

III - Em nosso entendimento, cabe recurso para alteração de gabarito nessa assertiva. O índice revela o percentual do ativo destinado ao chamado "Ativo Permanente", obtido através do Ativo Não Circulante subtraído do grupo Ativo Realizável a Longo Prazo, ou ainda, "Investimentos permanentes + Imobilizado + Intangível". Não é a totalidade do grupo não circulante que é contemplada pelo índice.

**Gabarito Preliminar → B.**  
**Trocar para → E.**

14- **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), que trata de Contratos de Concessão, aplica-se à infraestrutura construída ou adquirida juntamente a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços, bem como à infraestrutura já existente, que o concedente repassa – durante o prazo contratual – ao concessionário.

Nos termos da Interpretação Técnica informada, é correto afirmar que:

- a) a infraestrutura oferecida pelo concedente ao concessionário deve ser registrada transitoriamente no Ativo Imobilizado deste último, até o término do contrato de concessão.
- b) os custos dos empréstimos atribuíveis para a execução do contrato de concessão devem ser abatidos integralmente dos valores futuros a serem repassados ao concedente.
- c) ela também trata da forma de contabilização dos contratos de concessão por parte dos concedentes.
- d) os concessionários não devem reconhecer ativos intangíveis.
- e) não especifica como contabilizar a infraestrutura detida e registrada como ativo imobilizado pelo concessionário antes da celebração do contrato de prestação de serviços.

#### **Comentários:**

Vamos analisar as assertivas:

**A) Errado.** Conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1): “11. A infraestrutura dentro do alcance desta Interpretação **não será registrada como ativo imobilizado do concessionário** porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.”

**B) Errado.** Conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1): “22. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos, os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão devem ser **registrados como despesa** no período em que são incorridos, a menos que o concessionário tenha o direito contratual de receber um ativo intangível (direito de cobrar os usuários dos serviços públicos). **Nesse caso, custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão devem ser capitalizados durante a fase de construção**, de acordo com aquele Pronunciamento Técnico.

C) **Errado.** Conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1): “9. Esta Interpretação **não trata da contabilização** pelos concedentes.”

D) **Errado.** Conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1): “15. Se o concessionário presta serviços de construção ou de melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário deve ser registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direitos sobre: (a) um ativo financeiro; ou (b) um ativo intangível.”

E) **Certa.** Cópia da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1): “8. **Esta Interpretação não especifica como contabilizar a infraestrutura detida e registrada como ativo imobilizado pelo concessionário antes da celebração do contrato de prestação de serviços.** Essa infraestrutura está sujeita às disposições sobre baixa de ativo imobilizado, estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 27.”

**Gabarito → E**

15- **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Entre as formas adotadas para a análise das demonstrações financeiras, a denominada "Análise Vertical" permite identificar a importância de cada conta contábil em relação às outras contas e dentro da demonstração analisada. Quando da realização de uma análise vertical das contas do Ativo e do Passivo de uma determinada empresa de serviços, verificou-se o que se segue:

- I. Os estoques de material de consumo representavam 15% do total do Ativo.
- II. O total de Caixa e Equivalentes de Caixa correspondia a apenas 3% do valor total do Ativo.
- III. O Ativo Circulante, desconsiderando-se os estoques, correspondia a apenas 5% do valor total do Ativo.
- IV. O Passivo Circulante totalizava 20% do total do Passivo.
- V. O Patrimônio Líquido representava 25% do total do capital de terceiros.

Em relação às informações oferecidas, é correto afirmar que a Liquidez Seca de empresa corresponde a:

- a) zero.
- b) 1/10.
- c) 1/5.
- d) 1/3.
- e) 2/9.

**Comentário:**

O índice de Liquidez Seca é:  
(Ativo Circulante – estoque) / Passivo circulante

Vamos calcular. O modo mais rápido é atribuir valor. Nesse caso, vamos supor que o Ativo Total seja \$100.

“III. O Ativo Circulante, desconsiderando-se os estoques, correspondia a apenas 5% do valor total do Ativo. ”

Portanto, Ativo circulante menos estoque =  $\$100 \times 5\% = \$5,00$

Vejamos agora o Passivo.

“IV. O Passivo Circulante totalizava 20% do total do Passivo. ”

A ESAF chama de “Total do Passivo” o Passivo Exigível, ou seja, o Passivo Circulante mais o Passivo não circulante.

Passivo Circulante 20% + Passivo não circulante 80% = total Passivo

“V. O Patrimônio Líquido representava 25% do total do capital de terceiros. ”

O capital de terceiros é o Passivo Exigível. Portanto:

PC 20% + PNC 80% + PL 25% = 125%

Pela equação fundamental da contabilidade, temos:

Ativo = Passivo + PL

$\$100 = 125\%$  do Passivo Exigível

Passivo Exigível =  $\$100 / 125\% = \$80$

Passivo circulante =  $\$80 \times 20\% = \$16$

Índice de liquidez seca =  $\$5 / \$16 = 1/3$  (arredondando)

**Gabarito → D**

16. **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Sobre a "Demonstração do Valor Adicionado" (DVA) é correto afirmar que:

a) tornou-se obrigatória, por intermédio da Lei n. 11.638/2007 para todas as companhias abertas.

b) como o conceito de "valor adicionado" está intimamente ligado à formação do Produto Interno Bruto (PIB), da mesma forma que uma pessoa que realiza serviços para si mesma não gera incremento no PIB, os ativos construídos pela própria empresa não devem ser contabilizados na DVA.

c) o Valor Adicionado Líquido inclui resultados de equivalência patrimonial.

d) o Valor Adicionado Bruto contempla despesas com depreciação e exaustão.

e) Receitas Financeiras integram o Valor Adicionado Bruto.

### **Comentários:**

a) item correto, pessoal, visto que, antes da Lei 11.638/07, a DVA não era obrigatória no Brasil e atualmente deve ser apresentada por todas as S.As

b) Galera, é verdade que o conceito de valor adicionado está intimamente ligado à formação do Produto Interno Bruto (PIB), mas o conceito contábil, que norteia a elaboração da DVA está ligado à receita e o conceito econômico, à produção. Assim sendo, sob a ótica contábil, receitas oriundas da construção de ativo próprios estarão evidenciadas nessa demonstração.

c) item incorreto, pois o resultado da equivalência patrimonial estará apresentado no grupo VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA.

d) também está incorreto esse item, visto que o valor adicionado bruto não contempla a depreciação, amortização e exaustão. Entrarão no cálculo do VALOR ADICIONADO RECEBIDO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE.

e) item incorreto também, pois receitas financeiras estarão apresentado no grupo VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA.

### **Gabarito → A.**

**17- (ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** A Orientação OCPC 05 foi editada com a finalidade de esclarecer dúvidas acerca da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. Sobre a Orientação informada, avalie as proposições abaixo.

I. Ela se restringe a abordar somente aspectos contábeis da adoção da ICPC 01, não incluindo discussão sobre aspectos tributários decorrentes da adoção da Interpretação Técnica.

II. Ao explicar o reconhecimento contábil do direito de outorga tratado na ICPC 01, explica que o contrato de concessão gera uma forma de direito de uso do concessionário sobre a infraestrutura utilizada para a prestação do serviço público objeto da concessão.

III. Outra questão relevante tratada na ICPC 01 se refere à forma de contabilização no que diz respeito ao reconhecimento contábil do direito de outorga, no início ou no fim do prazo de concessão, também tratada pela OCPC 05.

É correto afirmar que está(ão) correta(s):

- a) a proposição I, apenas.
- b) as proposições II e III estão corretas.
- c) as proposições I e II estão corretas.
- d) todas as proposições estão corretas.
- e) apenas a proposição II está correta.

### **Comentários:**

Vamos analisar as alternativas:

I – **Certo**. Cópia da Orientação OCPC 05: “5. Esta Orientação restringe-se somente a abordar aspectos contábeis da adoção da ICPC 01 e não inclui qualquer discussão sobre os aspectos tributários (impostos diretos e indiretos) decorrentes da sua adoção.”

II – **Errado**. Conforme a OCPC 05: “11. Ressalta-se que o contrato de concessão **não representa um direito de uso** sobre a infraestrutura, como no caso de arrendamento, já que o poder concedente mantém o controle sobre ela. O concessionário tem sim um direito que é representado pelo acesso à infraestrutura para prover o serviço público em nome do poder concedente, nos termos do contrato. Assim, se e quando reconhecido, o ativo é um ativo intangível (nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 04) e/ou um ativo financeiro. Neste último caso somente é registrado um ativo financeiro no caso em que representa, de fato, direito contratual de receber caixa ou outro ativo financeiro, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 e 39.

III – **Errado**. Conforme a OCPC 05: “10. Uma questão relevante que diz respeito à contabilização de contratos de concessões está relacionada ao reconhecimento contábil do direito de outorga no início ou ao longo do prazo de concessão. **Esse assunto não está especificamente tratado na ICPC 01**. Assim, mesmo que uma entidade esteja fora do alcance da ICPC 01, ela deve considerar as discussões contidas a seguir.”

### **Gabarito → A**

18. **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** O Teste de Recuperabilidade ou impairment test tem por objetivo principal assegurar que os Ativos da companhia estejam registrados contabilmente por um valor que não exceda os seus valores recuperáveis. Avalie as proposições a seguir, acerca do impairment test.

- I. Ativos Fiscais Diferidos não estão sujeitos ao impairment test.
- II. Todos os ativos estão sujeitos ao impairment test.
- III. O ativo intangível decorrente do direito de outorga da concessão de um aeroporto não está sujeito ao impairment test.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas a proposição I está correta.
- b) Apenas a proposição II está correta.
- c) As proposições II e III estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Nenhuma proposição está correta.

### **Comentários:**

Questão difícil! Vamos para o CPC 01:

#### **I. Ativos Fiscais Diferidos não estão sujeitos ao impairment test.**

Item correto. Segundo o CPC 01:

2. Este Pronunciamento Técnico deve ser aplicado na contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de todos os ativos, exceto:

- (a) estoques (ver Pronunciamento Técnico CPC 16(R1) – Estoques);
- (b) ativos advindos de contratos de construção (ver Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de Construção);
- (c) **ativos fiscais diferidos** (ver Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro);
- (d) ativos advindos de planos de benefícios a empregados (ver Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados);
- (e) ativos financeiros que estejam dentro do alcance dos Pronunciamentos Técnicos do CPC que disciplinam instrumentos financeiros;
- (f) propriedade para investimento que seja mensurada ao valor justo (ver Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento);
- (g) ativos biológicos relacionados à atividade agrícola que sejam mensurados ao valor justo líquido de despesas de venda (ver Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola);
- (h) custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis advindos de direitos contratuais de companhia de seguros contidos em contrato de seguro dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 11 – Contratos de Seguro; e
- (i) ativos não circulantes (ou grupos de ativos disponíveis para venda) classificados como mantidos para venda em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

#### **II. Todos os ativos estão sujeitos ao impairment test.**

O item está incorreto. Nos termos da Lei 6.404/76:



Art. 183. § 3º **A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível**, a fim de que sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

Portanto, o teste de recuperabilidade é realizado para bens do imobilizado e do intangível. E não para todos os ativos.

### **III. O ativo intangível decorrente do direito de outorga da concessão de um aeroporto não está sujeito ao impairment test.**

O item está incorreto. Trata-se de um ativo intangível, portanto, sujeito ao teste de recuperabilidade.

**Gabarito → A.**

19. **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Dada uma situação hipotética: uma Instrução Normativa, em vigor, expedida pelo Ministério do Planejamento prevê, em seu art. 44, a exigência de Capital Circulante Líquido (ou Capital de Giro) mínimo de 16,66%, do valor estimado para contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, para a contratação de empresas prestadoras de serviços, no âmbito do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG).

Uma empresa do setor de serviços que desejava concorrer a um determinado certame apresentava como índice de Liquidez Corrente o valor de 2 (dois) à data informada na Instrução Normativa citada.

Considerando que o valor do Passivo Circulante da citada empresa era para aquela data R\$ 200.000,00, é correto afirmar que esta empresa:

- a) possuía um Capital de Giro de R\$ 150.000,00.
- b) não poderia participar de licitações com valor estimado para contratação superior a R\$ 600.000,00.
- c) possuía um Ativo Circulante no valor de R\$ 300.000,00.
- d) não poderia participar de licitações com valor estimado global para contratação superior a R\$ 1.400.000,00.
- e) possuía um Ativo Circulante no valor de R\$ 350.000,00

**Comentários:**

Temos que:

$$\text{Liquidez Corrente} = \text{AC}/\text{PC} = 2$$
$$\text{AC}/200.000 = 2; \text{AC} = 400.000$$

$$\text{Capital Circulante Líquido (CCL)} = \text{AC} - \text{PC}$$
$$400.000 - 200.000 = 200.000$$

Vamos analisar as assertivas.

- a) Errado, pois vimos que o CCL é de R\$ 200.000
- b) Se a licitação for com valor estimado para contratação superior a R\$ 600.000,00, o CCL mínimo exigido é de  $600.000 \times 16,67 = 100.000$ , e, desse modo, a empresa poderia participar. Item errado.
- c) Conforme calculamos, o Ativo Circulante é de R\$400.000, e não R\$ 300.000.
- d) Se a licitação for com valor estimado para contratação superior a R\$ 1.400.000,00, o CCL mínimo exigido é de  $1.400.000 \times 16,67 = 233.333$ , e, desse modo, a empresa poderia não pode participar. Item correto.
- e) Conforme calculamos, o Ativo Circulante é de R\$400.000, e não R\$ 300.000 ou 350.000

**Gabarito → D.**

20- **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** A utilização de "Indicadores Operacionais", resultante do acompanhamento de processos de uma determinada instituição ou empresa, apresenta-se como forma complementar de avaliação em relação aos indicadores puramente financeiros, de origem contábil. Indique, entre as opções abaixo, aquela que não se encontra entre as principais características dos Indicadores Operacionais.

a) São de grande relevância como ferramentas gerenciais, permitindo oportunidades de melhoria na gestão que não seriam facilmente visualizáveis por meio de demonstrações de natureza contábil.

b) Sua definição é grandemente beneficiada pela realização do mapeamento de processos de maior interesse da instituição, em especial daqueles que envolvem o relacionamento desta com partes relacionadas exteriores.

- c) Possuem natureza rígida, uma vez definidos, pois há o risco de perda de comparabilidade com indicadores desusados.
- d) Permitem a absorção de outros indicadores em utilização mesmo de ramos de atividades diferentes, decorrentes de sua plasticidade na adequação à realidade institucional a que se pretende vincular.
- e) Não possuem limites definidos por leis e normativos, pelo que podem ser adaptados a processos já estabelecidos, como a outros que venham a ser criados.

### **Comentário:**

A análise dos demonstrativos contábeis apresenta também a limitação de não utilizar quantidades físicas, juntamente com os valores. As medidas de eficiência e produtividade (os "Indicadores Operacionais") muitas vezes utilizam apenas dados físicos. Por exemplo, nas Indústrias Químicas há o índice Horas-Homem por Tonelada, que relaciona o total de horas de trabalho necessárias para produzir uma tonelada de produto. Os bancos americanos costumam publicar relações entre volume de depósitos e número de empregados, entre valor dos empréstimos concedidos e número de mutuários, etc., estabelecendo padrões comparativos de eficiência. Assim, constata-se que, em média, um banco de certo porte não deveria ter mais que X funcionários por \$ milhão de depósitos, e assim por diante. Os Indicadores Operacionais são informação gerencial, para complementar o acompanhamento e análise das operações.

A alternativa incorreta é a C:

- c) Possuem natureza rígida, uma vez definidos, pois há o risco de perda de comparabilidade com indicadores desusados.

Por serem informação gerencial, não possuem natureza rígida, pelo contrario, podem ser alterados sempre que a administração julgar necessário.

### **Gabarito → C**

**21. (ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Uma empresa do setor varejista de bens de consumo apresentava os seguintes dados contábeis, referentes a 31 de dezembro de 2015:

- Estoques	\$ 500.000,00
- Total do Ativo	\$ 950.000,00
- Vendas Líquidas	\$ 380.000,00
- Custo das Mercadorias Vendidas	\$ 210.000,00

- Tributos (IRPJ + CSLL) \$ 55.000,00
- Despesas Operacionais \$ 45.000,00

É correto afirmar que a Margem Líquida sobre Vendas da empresa foi:

- a) maior que 20%.
- b) igual a 16,6%.
- c) menor que 15%.
- d) maior que 18%.
- e) igual a 15,3%.

### **Comentários:**

A margem líquida é encontrada através da fórmula:

Lucro líquido/Vendas líquidas.

Lucro líquido:

Vendas líquidas	380.000
(-) CMV	(210.000)
Lucro bruto	170.000
(-) Despesas operacional	(45.000)
Lucro antes dos tributos	125.000
(-) IR/CSLL	(55.000)
Lucro líquido	70.000

Margem líquida:  $70.000/380.000 = 18,42\%$

**Gabarito → D.**

22. **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Nos termos do definido no CPC-27 "Ativo Imobilizado", aprovado pela Comissão de Valores Imobiliários, e na NBC TG 27, assinale a opção correta.

- a) Os custos para implantação de um Ativo Imobilizado devem ser lançados a título de despesas operacionais.
- b) Ativos Imobilizados não se submetem a teste de impairment.
- c) Custos com mão de obra para manutenção corretiva de Ativos Imobilizados devem ser agregados ao seu valor contábil.
- d) Os custos decorrentes de paradas programadas, previstas pelo fabricante para a manutenção operacional de um Ativo Imobilizado, devem ser agregados ao seu valor contábil.
- e) O preço de aquisição de um Ativo Imobilizado deve ser deduzido dos valores correspondentes a impostos não recuperáveis, que devem ser segregados e contabilizados na conta "Despesas com Tributos".

**Comentários:**

Vamos lá! Comentando item a item...

**a) Os custos para implantação de um Ativo Imobilizado devem ser lançados a título de despesas operacionais.**

<b>Custo do ativo imobilizado (CPC 27)</b>	
<b>Inclui</b>	<b>Não inclui</b>
Preço de aquisição + Imposto Importação + Impostos não recuperáveis	Descontos comerciais e abatimentos
Preparação do local	Custos de abertura de nova instalação
Frete e manuseio por conta do comprador	Frete por conta do vendedor
Instalação e montagem	Propaganda e atividades promocionais
Testes	Custos de treinamento
Honorários profissionais (engenheiros, arquitetos, por exemplo)	Transferência posterior (novo local)
Custos de desmontagem (futuro, traz a valor presente)	Custos administrativos
Custo de remoção (futuro, traz a valor presente)	Outros custos indiretos
Outros custos diretamente atribuíveis	Remoção, desmontagem de máquinas antigas

**b) Ativos Imobilizados não se submetem a teste de impairment.**

Item incorreto. Conforme a lei 6404/76:

**Critérios de avaliação do ativo**

**Art. 183.** No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

V - os direitos classificados no imobilizado, **pelo custo de aquisição**, deduzido do saldo da respectiva conta de **depreciação, amortização ou exaustão**;

§ 2º A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado e intangível será registrada periodicamente nas contas de: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

- a) **depreciação**, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;
- b) **amortização**, quando corresponder à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;
- c) **exaustão**, quando corresponder à perda do valor, decorrente da sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração.

§ 3o A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

### **c) Custos com mão de obra para manutenção corretiva de Ativos Imobilizados devem ser agregados ao seu valor contábil.**



Os gastos subsequentes de um ativo imobilizado podem ser divididos em **manutenção periódica** (que vai para despesa) e as **paradas programadas** (que são gastos de capital e são ativadas, isto é, o valor gasto é contabilizado no custo do ativo, e passa a ser depreciado).

Manutenção  
periódica

Despesa

Paradas  
programadas

São ativadas

A prática anterior era a de provisionar o valor da parada programada. Mas este procedimento foi alterado, pois não há base para o reconhecimento de um passivo neste caso. Não há obrigação presente.

**O método atual é de dar baixa no valor contábil do item substituído e capitalizar (contabilizar como ativo) o novo item.** Voltaremos a esse tema, ainda nessa aula.

**d) Os custos decorrentes de paradas programadas, previstas pelo fabricante para a manutenção operacional de um Ativo Imobilizado, devem ser agregados ao seu valor contábil.**

Este é o nosso gabarito, conforme visto no item anterior.

**e) O preço de aquisição de um Ativo Imobilizado deve ser deduzido dos valores correspondentes a impostos não recuperáveis, que devem ser segregados e contabilizados na conta "Despesas com Tributos".**

Item incorreto. Os impostos que não são recuperáveis compõem o custo do ativo imobilizado. Os recuperáveis ficam registrado em conta específica do ativo.

**Gabarito → D.**

**23. (ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Sobre o denominado "custo-padrão", é correto afirmar que:

- a) é aceito pela legislação do Imposto de Renda como referência para cálculo de tributos.
- b) é vinculado ao Custeio Baseado em Atividades (*Activity Based Costing*).
- c) serve como paradigma de custo.
- d) é o mesmo que "margem de contribuição".
- e) é o índice de referência para custo de todas as empresas do mesmo ramo de negócios.

**Comentários:**

- a) o custo-padrão não é aceito pela legislação fiscal para apuração tributária, visto que, não substitui o custo real; é usado como comparação.
- b) a técnica do custo-padrão não está vinculada a métodos de custeio; tampouco trata-se de um novo sistema de custeio. Por isso a assertiva está errada.
- c) item correto, pois o uso do custo-padrão pressupõe o uso de comparações entre custo real e padrão; por isso essa ferramenta serve como paradigma.
- d) item sem fundamento, visto que margem de contribuição não se confunde com custo padrão.
- e) item incorreto, visto que o custo padrão é resultado de diversas variáveis típicas de cada empresa; não podemos padronizar apenas por ramo de negócios.

**Gabarito → C.**



24- O art. 248 da Lei n. 6.404/1976 dispõe que os investimentos permanentes em participação no capital social de sociedades coligadas, controladas, controladas em conjunto e sociedades que estejam sob controle comum sejam avaliados segundo o Método de Equivalência Patrimonial.

Considere a seguinte situação: uma empresa "A" possui 40% do capital votante em sua investida, a companhia "B". A companhia "C" possui 20% do capital votante e 20% do capital não votante da companhia "B".

Avalie as seguintes proposições, segundo o Método de Equivalência Patrimonial previsto na lei.

I. A companhia "A" tem direito a receber 40% dos dividendos que porventura sejam distribuídos pela companhia "B".

II. Uma eventual redução do Patrimônio Líquido da investida, a companhia "B", em 20% refletiria no Balanço da companhia "A" como uma redução correspondente a 8% do capital investido.

III. Uma eventual redução do Patrimônio Líquido da investida, a companhia "B", em 20% refletiria no Balanço da companhia "C" como uma redução correspondente a 4% do capital investido.

Sobre as proposições acima, é correto afirmar que:

- a) todas estão corretas.
- b) nenhuma está correta.
- c) I e II estão corretas, apenas.
- d) I e III estão corretas, apenas.
- e) apenas a III está correta.

### **Comentário:**

Vamos analisar as alternativas:

I. A companhia "A" tem direito a receber 40% dos dividendos que porventura sejam distribuídos pela companhia "B".

**Errado.** A Companhia A tem 40% do capital votante (ações ordinárias). Como a Companhia B tem ações preferenciais, a participação de A é menor que 40%.

II. Uma eventual redução do Patrimônio Líquido da investida, a companhia "B", em 20% refletiria no Balanço da companhia "A" como uma redução correspondente a 8% do capital investido.

**Errado.** A Companhia A tem 40% do capital votante (ações ordinárias). Como a Companhia B tem ações preferenciais, a participação de A é menor que 40%.

III. Uma eventual redução do Patrimônio Líquido da investida, a companhia "B", em 20% refletiria no Balanço da companhia "C" como uma redução correspondente a 4% do capital investido.

**Errado.** A Companhia C possui 20% das ações ordinárias e 20% das ações preferenciais. Portanto, tem 20% de participação total.

Vamos supor que o PL de B seja \$ 1.000 e tenha uma redução de 20%, para \$800. A participação de C teria a seguinte diminuição:

$$\$1.000 \times 20\% = \$200$$

$$\$800 \times 20\% = \$160$$

Redução:  $\$160 / \$200 = 0,8 = 80\%$ , o que corresponde a uma diminuição de 20% do capital investido.

O valor de \$160 corresponde a 4% do total do PL de B, mas não foi isso que a questão pediu.

**Gabarito → B**

### **Questão 25 - Cabe recurso!**

25. **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Foram alterações impostas pela Lei n. 11.941/2009, exceto:

- a) a extinção do Ativo Permanente.
- b) a introdução do grupo "Ativo Não Circulante".
- c) a extinção de "Resultados de Exercícios Futuros".
- d) a incorporação do Passivo Exigível a Longo Prazo ao Passivo Não Circulante.
- e) a criação do subgrupo "Intangível".

### **Comentários:**

Pessoal, um ponto que vez ou outro vem sendo explorado em provas de concursos são as alterações promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009. Infelizmente, é necessário decorar.

### **Lei 11.638/2007:**

- Extinção da demonstração de origens e aplicações de recursos (DOAR).
- Inclusão da demonstração de fluxos de caixa (companhias abertas e fechadas com PL maior ou superior a dois milhões).
- Inclusão da demonstração do valor adicionado para companhia abertas.
- O ativo, que antes era dividido em circulante, realizável a longo prazo e permanente (investimento, imobilizado e diferido), passou a ser dividido em

circulante, realizável a longo prazo e permanente (investimento, imobilizado, diferido e intangível).

- Permanecem no imobilizado somente os bens corpóreos. Os incorpóreos vão para o intangível.
- **Atenção:** o diferido permaneceu vigente após a Lei 11.638/2007.
- Inclusão do teste de recuperabilidade para bens do ativo imobilizado, intangível e diferido.
- Proibição da retenção injustificada de lucros acumulados. Somente pode figurar, a partir de Lei 11.638 a existência no “balanço final” de prejuízos acumulados. Não pode existir lucros acumulados (essa conta continua a existir transitoriamente).
- Extinção das reservas de capital de doações e subvenções e prêmio na emissão de debêntures.
- Extinção da reserva de reavaliação.
- Criação do ajuste de avaliação patrimonial.
- Criação do ajuste a valor presente para ativos e passivos de longo prazo (sempre) e de curto prazo (quando relevante).
- Aplicação de alguns conceitos da Lei 6.404/76 para as sociedades de grande porte (ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a 300 milhões).

### **Lei 11.941/2009:**

- O ativo, que antes era dividido em circulante, realizável a longo prazo e permanente (investimento, imobilizado, diferido e intangível), passou a ser dividido em circulante e não circulante (realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível). O realizável a longo prazo foi para dentro do não circulante.
- Extinção do diferido.
- O passivo que antes era classificado em circulante, exigível a longo prazo e resultado de exercícios futuros, passou a ser classificado em circulante e não circulante.
- O resultado de exercícios futuros foi extinto. As receitas diferidas (que surgiram no lugar) foram pra dentro do não circulante.

**O gabarito dado pela ESAF foi a letra a. Todavia, a alternativa citada não merece prosperar.**

Vamos colar aqui a Lei 6404/76 com as alterações:

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

~~a) ativo circulante;~~  
~~b) ativo realizável a longo prazo;~~  
~~c) ativo permanente, dividido em investimentos, ativo imobilizado e ativo diferido.~~  
~~c) ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido. (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)~~

~~I – ativo circulante; e (Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008)~~

~~II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. (Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008)~~

~~I – ativo circulante; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)~~

~~II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)~~

Portanto, o gabarito deve ser alterado para a letra E, visto que o intangível foi criado pela Lei 11.638/2007.

**Gabarito → A.**

**Trocar para → E.**

26- **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** WACC (Weighted Average Cost of Capital), ou custo médio ponderado de capital, é uma metodologia adotada para a determinação do custo de capital de uma empresa, baseando-se na ponderação dos custos de captação, internos, por meio dos acionistas, e externos, por meio de captações no mercado.

Sobre o custo de capital de uma empresa, é correto afirmar que:

- a) não é afetada pelas políticas tributárias.
- b) é sensível ao nível de taxas de juros praticadas no mercado.
- c) é indiferente à política de distribuição de dividendos da empresa.
- d) deve ser maximizado, para que se maximize a agregação de valor ao acionista.
- e) independe da política de investimentos da empresa.

### **Comentário:**

O custo total de Capital, a partir das operações de captação de terceiros e capital próprio, deve ser calculado pelo Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC ou WACC, sigla de Weighted Average Cost of Capital).

O custo do Capital Próprio é calculado através do modelo CAPM (Capital Asset Pricing Method).

Já o custo do capital de terceiros refere-se à taxa de juros cobrada pelos empréstimos e financiamentos. Assim, o custo de capital de uma empresa é sensível ao nível de taxas de juros praticadas no mercado.

**Gabarito → B.**

**27. (ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Em relação à Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), é correto afirmar que:

- a) não é uma demonstração obrigatória.
- b) divide-se obrigatoriamente em dois fluxos: das operações e dos financiamentos.
- c) esta deve refletir todas as despesas incorridas pela empresa, a exemplo de Variações Cambiais Passivas.
- d) o pagamento de um empréstimo para aquisição de maquinário é uma atividade de financiamento.
- e) a venda de um maquinário obsoleto é uma atividade operacional.

### **Comentários:**

Comentemos item a item...

#### **a) não é uma demonstração obrigatória.**

Item incorreto. É uma demonstração obrigatória. A DFC somente é facultativa para companhias fechadas com PL < 2 milhões.

#### **b) divide-se obrigatoriamente em dois fluxos: das operações e dos financiamentos.**

Item incorreto. São três fluxos, no mínimo: operações, financiamento e investimento.

#### **c) esta deve refletir todas as despesas incorridas pela empresa, a exemplo de Variações Cambiais Passivas.**

Item incorreto. As variações demonstradas na DFC são aquelas ocorridas na conta caixa e equivalentes de caixa, conforme preleciona o CPC 03.

#### **d) o pagamento de um empréstimo para aquisição de maquinário é uma atividade de financiamento.**

Este é o nosso gabarito.

<b>Principais exemplos de atividades do fluxo</b>	
<b>Financiamento</b>	
Recebimento	Emissão de ações/Instrumentos patrimoniais
	Debêntures (Caixa recebido pela emissão)
	Empréstimos, notas promissórias
Pagamento	Resgate de ações/Instrumentos patrimoniais
	Amortização de empréstimos
	Pagamento de arrendamento mercantil financeiro

**e) a venda de um maquinário obsoleto é uma atividade operacional.**

Item incorreto.

<b>Principais exemplos de atividades do fluxo</b>	
<b>Investimentos</b>	
Recebimento	Venda de imobilizado
	Venda de intangível
	Outros ativos de longo prazo
	Venda de participações societárias
Pagamento	Aquisição de imobilizado
	Aquisição de intangível
	Outros ativos de longo prazo
	Compra de participações societárias

**Gabarito → D.**

28- **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Em relação à metodologia de cálculo do Valor Presente Líquido (VPL), indique a opção incorreta.

- a) A taxa de desconto aplicada deve ser compatível ao risco do investimento.
- b) Os valores correspondentes ao fluxo calculado (entradas e saídas) devem ser trazidos a valor presente, desagiando-as pela taxa de desconto aplicada.
- c) Se o resultado do VPL for nulo, a taxa de desconto aplicada denomina-se Taxa Interna de Retorno.
- d) Para o cálculo do VPL em perpetuidade, sem crescimento, basta dividir o valor calculado das entradas pela taxa de desconto a ser aplicada.
- e) Para o cálculo do VPL em perpetuidade, com crescimento linear, basta dividir o valor do primeiro fluxo de entrada pela taxa de desconto somada à taxa de crescimento desejada.

**Comentário:**

O Valor Presente Líquido é a diferença entre as entradas de caixas, trazidas a valor presente pela taxa de desconto (taxa do custo de capital) adotada e o investimento (saída de caixa) inicial.

A alternativa errada é a E:

e) Para o cálculo do VPL em perpetuidade, com crescimento linear, basta dividir o valor do primeiro fluxo de entrada pela taxa de desconto somada à taxa de crescimento desejada.

**Errado.** A banca inverteu a fórmula. O correto, para o cálculo do VPL em perpetuidade, com crescimento linear, é dividir o valor pela taxa de desconto DIMINUIDA da taxa de crescimento.

**Gabarito → E**

29. **(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Define-se como "Valor Justo" o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação forçada.

Em relação ao denominado "Valor Justo", indique a opção **incorreta**.

- a) É o mesmo que "Ajuste a Valor Presente".
- b) É afetado por variáveis de mercado.
- c) Utiliza-se para avaliar direitos destinados à negociação, ou mercados a mercado.
- d) Aplica-se a derivativos.
- e) Pode ser aplicado a ativos não financeiros.

**Comentários:**

**a) É o mesmo que "Ajuste a Valor Presente".**

De plano, este é o nosso gabarito. A explicação mais fácil para essa assertiva está no CPC 12 – Ajuste a Valor Presente.

6. É necessário observar que **a aplicação do conceito de ajuste a valor presente nem sempre equipara o ativo ou o passivo a seu valor justo**. Por isso, **valor presente e valor justo não são sinônimos**. Por exemplo, a compra financiada de um veículo por um cliente especial que, por causa dessa situação, obtenha taxa não de mercado para esse financiamento, faz com que a aplicação do conceito de valor presente com a taxa característica da transação e do risco desse cliente leve o ativo, no comprador, a um valor inferior ao seu valor justo; nesse caso prevalece contabilmente o valor calculado a valor



presente, inferior ao valor justo, por representar melhor o efetivo custo de aquisição para o comprador. Em contrapartida o vendedor reconhece a contrapartida do ajuste a valor presente do seu recebível como redução da receita, evidenciando que, nesse caso, terá obtido um valor de venda inferior ao praticado no mercado.

**b) É afetado por variáveis de mercado.**

Segundo o CPC 46, valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Consequentemente, o valor justo é afetado pelas variáveis de mercado, como, por exemplo, oferta e demanda.

**c) Utiliza-se para avaliar direitos destinados à negociação, ou mercados a mercado.**

Item correto.

Os instrumentos financeiros destinados à negociação imediata ou disponíveis para venda futura são avaliados ao valor justo, conforme a Lei 6.404/76:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

I - as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo: (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

a) pelo seu valor justo, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda;

Então, este é o primeiro caso de aplicação ao valor justo. Prossigamos!

Tradicionalmente, a base de avaliação contábil mais utilizada é o custo histórico, o qual possui várias vantagens: é verificável e objetivo e permite o confronto da receita com as despesas.

Mas, para alguns itens do balanço, o valor justo representa uma forma de mensuração mais adequada. Isto não é novidade. Se considerarmos, por exemplo, uma empresa de mineração de ouro, o custo para extração não é o valor mais adequado. Depois de extraído, o ouro possui mercado estável e preço conhecido. O resultado da empresa está mais relacionado à produção do que à venda. Se a avaliação for pelo preço histórico (custo da produção), a empresa pode apresentar resultado quando quiser, conforme decida vender ou

não o ouro extraído. Com o tempo, esse conceito foi estendido à todas as commodities, ou seja, suco de laranja, café, soja, e outras.

Chegamos, assim, ao conceito de que, para alguns ativos e passivos, o valor justo é uma base de avaliação melhor que o custo histórico.

Atualmente, os Pronunciamentos do CPC já estabelecem que diversos ativos e passivos sejam avaliados pelo valor justo: instrumentos financeiros derivativos, alguns ativos e passivos financeiros, ativos não circulantes tangíveis e intangíveis adquiridos numa combinação de negócios, ativos reduzidos ao valor recuperável, ativos disponíveis para venda, e outros.

#### **d) Aplica-se a derivativos.**

Segundo a Lei 6.404/76:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

I - as aplicações em instrumentos financeiros, **inclusive derivativos**, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo: (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

a) pelo seu valor justo, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda;

#### **e) Pode ser aplicado a ativos não financeiros.**

O item está correto. Ativos financeiros, segundo o CPC 14 – Ativos financeiros – são geralmente aqueles ligados a caixa, disponibilidades e valores de instrumentos patrimoniais de outras entidades.

Portanto, os outros, por exclusão, são ativos não financeiros. Exemplo de ativos não financeiros que podem ser mensurados a valor justo:

- Ativo não circulante mantido para venda.
- Ativos reduzidos ao valor recuperável.
- Ativo e passivo tangível e intangível adquirido em uma combinação de negócios.

**Gabarito → A.**

**30. (ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)** Avalie as seguintes proposições.

- I. Ativos Intangíveis com vida útil indefinida estão sujeitos ao teste de recuperabilidade (impairment test).
- II. Ativos Intangíveis com vida útil definida estão sujeitos ao teste de recuperabilidade (impairment test).
- III. O "Goodwill" (ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura) gerado internamente não deve ser reconhecido como um ativo.

Assinale a opção correta.

- a) I e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Nenhuma proposição está correta.

### **Comentários:**

Comentemos item a item...

**I. Ativos Intangíveis com vida útil indefinida estão sujeitos ao teste de recuperabilidade (impairment test).**

**II. Ativos Intangíveis com vida útil definida estão sujeitos ao teste de recuperabilidade (impairment test).**

Existem dois métodos distintos para a mensuração do ativo intangível trazidos pelo CPC 04, Método de Custo e Método de Reavaliação, a saber:

**Método de Custo:** Posteriormente ao reconhecimento inicial o ativo intangível deve ser apresentado ao custo, menos a amortização acumulada e a perda acumulada (se houver).

**Método de reavaliação:** Após o reconhecimento, se permitido legalmente, um ativo intangível pode ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao valor justo na data da reavaliação. Apesar do CPC 04 trazer as duas definições, ressaltamos que a contabilização pela reavaliação não mais existe no ordenamento pátrio, portanto, não deve ser aplicada nas demonstrações contábeis.

Após a mensuração, a companhia deverá avaliar se se trata de um ativo intangível de **vida útil indefinida ou definida**. Para os ativos intangíveis de vida útil indefinida a amortização torna-se proibida, afinal, não temos um prazo para calcular, não saberemos apurar a amortização senão de forma arbitrária (como utilizamos para achar o valor de depreciação no imobilizado, exemplo: 10 anos de depreciação sem valor residual = 10% ao ano).

Contudo, falar que um ativo intangível tem vida útil indefinida não significa dizer que ele tenha vida útil infinita, eterna. Esses ativos estarão sujeitos à análise de *impairment* anual.

Já para os intangíveis de vida útil determinada mantém-se a prática de alocar seu custo de aquisição ao resultado com base no período determinado e se houver meios de determinar o valor residual para fins de amortização este deverá ser utilizado. Além disso, há sujeição também ao teste de recuperabilidade, como previsto no CPC 01.

Portanto, os dois itens estão corretos.

### **III. O "Goodwill" (ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura) gerado internamente não deve ser reconhecido como um ativo.**

Segundo o CPC 04:

**O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo** (item 48). Em alguns casos incorre-se em gastos para gerar benefícios econômicos futuros, mas que não resultam na criação de um ativo intangível que se enquadre nos critérios de reconhecimento estabelecidos. Esses gastos costumam ser descritos como contribuições para o ágio (goodwill) gerado internamente, o qual não é reconhecido como ativo porque não é um recurso identificável (ou seja, não é separável nem advém de direitos contratuais ou outros direitos legais) controlado pela entidade que pode ser mensurado com segurança ao custo.

**Gabarito → D.**